



i

07-02-2011

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Educação

Dimensão: 121

Imagem: N/Cor

Página (s): 7

## Professores equacionam queixa-crime contra o Estado

●●● Os professores estão a pensar avançar com uma queixa-crime contra o Estado devido aos cortes salariais. A Fenei/Sindep vai hoje à Procuradoria-Geral da República (PGR) para solicitar um parecer sobre as reduções salariais a que a classe foi sujeita sem que tenha havido definição temporal para os cortes e sem que os mesmos tenham abrangido todos os trabalhadores.

O sindicato pede esclarecimentos também sobre o facto de o Ministério da Educação se recusar a negociar o horário de trabalho dos professores, o qual tem de ser acordado ao abrigo da contratação para o exercício de funções públicas. Apesar da maioria das novas contratações serem individuais, constituem uma situação híbrida, tendo de se sujeitar ao código de trabalho e às regras da contratação no Estado. Na sequência do parecer, a Fenei/Sindep poderá avançar com a queixa-crime.

A nova estratégia dos professores surge na sequência da maioria dos tribunais não ter acolhido as providências cautelares contra os cortes salariais. Caso o Tribunal Constitucional venha a considerar que o Orçamento do Estado para 2011 viola a Lei Fundamental, o Estado pode a qualquer momento repor o dinheiro que reteve, consideraram algumas instancias judiciais.

Carlos Chagas, presidente da Fenei/Sindep, explicou ao *i* que o recurso à PGR se deve ao seu papel de garante da legalidade das leis, reforçando que considera estarem em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores do Estado, e em particular o dos professores. "Se houve necessidade de cortes, não foi por culpa dos trabalhadores, mas sim do governo, que criou uma crise económica e financeira. E se se têm estado a fazer tantos empréstimos ao estrangeiro, a taxas de juro tão altas, também se poderia fazer o que aconteceu durante o governo de Mário Soares, que foi contrair um empréstimo para pagar salários". Esta semana Sócrates garantiu que a crise não levará a despedimentos no Estado, apesar de haver cada vez mais trabalhadores a exercer as mesmas funções, mas com contrato individual de trabalho. Os primeiros convites de rescisão de contrato serão feitos neste grupo.

Margarida Bon de Sousa